DOS CONDÔMINOS. NORMAS DE UTILIZAÇÃO EXPRESSAMENTE ESPECIFICADAS NO REGULAMENTO, ENTRE ESTAS A DE QUE AS FESTAS NÃO ULTRAPASSEM ÀS 22 HORAS, A FIM DE PRESERVAR A TRANQUILIDADE DOS DEMAIS MORADORES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALQUER VIOLAÇÃO ÀS NORMAS CONVENCIONAIS QUE, NA FORMA DA LEI, PODEM E DEVEM SER RESOLVIDAS NO ÂMBITO DO CONDOMÍNIO CONSOANTE ARTIGO 1.335, III, IV § 2º DO CÓDIGO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE NORMAS PREVIAMENTE ESTABELECIDAS POR TODOS OS CONDÔMINOS PARA ATENDER PRETENSÃO INDIVIDUAL DE UM ÚNICO CONDÔMINO. ARTIGOS 1.332, 1.333 E 1.334. IRREGINAÇÃO QUE NÃO MERECE GUARIDA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des.Relator.

023. APELAÇÃO 0077689-95.2012.8.19.0002 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: NITEROI 9 VARA CIVEL Ação: 0077689-95.2012.8.19.0002 Protocolo: 3204/2017.00701834 - APELANTE: EDSON NAHIM DAHER ADVOGADO: MARIA FÁTIMA HENRIQUE DE REZENDE OAB/RJ-034167 APELANTE: ESPÓLIO DE CLAUDIA DE SOUZA LEITE REP/P/S/INV LEANDRO DE SOUZA LEITE ALDRIGHI ADVOGADO: FABIO SANTIAGO DINIZ OAB/RJ-098783 APELADO: OS MESMOS Relator: **DES. MARGARET DE OLIVEAS VALLE DOS SANTOS** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PRETENSÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO DE BEM IMÓVEL INDIVISÍVEL C/C COBRANÇA DE ALUGUEL PELO PERÍODO DE OCUPAÇÃO. ARTIGOS 1.320 E 1.322 DO CÓDIGO CIVIL. COMPROVADA A COPROPRIEDADE DO IMÓVEL ENTRE O REQUERENTE E A REQUERIDA E A AUSÊNCIA DE INTERESSE DOS CONDÔMINOS EM MANTER A COMUNHÃO, IMPÕE-SE A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. A REQUERIDA, OCUPANTE DO IMÓVEL, FALECEU EM 02/02/2013, ANTES DE SER CITADA, NÃO SENDO POSSÍVEL ESTIPULAR O TERMO INICIAL DA COBRANÇA DOS ALUGUEIS E ENCARGOS A DATA DA CITAÇÃO, EM RAZÃO DE TER OCORRIDO APÓS A MORTE DA OCUPANTE DO IMÓVEL. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL QUE CONSTITUIU EM MORA A DEVEDORA, OCORRIDA EM DIA 05/05/2012, SENDO ESTE O TERMO A QUO PARA A COBRANÇA DO ALUGUEL E ENCARGOS DEVIDOS PELA RÉ. CORRETA A SENTENÇA QUE DETERMINA A ALIENAÇÃO JUDICIAL DO BEM EM HASTA PÚBLICA, COM A PARTILHA DO PREÇO APURADO E A CONDENAÇÃO DA REQUERIDA AO PAGAMENTO DOS ALUGUEIS PELO PERÍODO DE OCUPAÇÃO, QUE PODE SER COMPENSADO COM O VALOR DO SEU QUINHÃO. PEQUENO REPARO, NO ENTANTO, EM RELAÇÃO AO TERMO INICIAL DA COBRANÇA DOS ALUGUEIS E ENCARGOS. RECURSO ADESIVO DO AUTOR A QUE SE DÁ PROVIMENTO E NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso do autor e negou-se provimento ao recurso da ré, nos termos do voto do Des. Relator.

024. APELAÇÃO 0006218-37.1999.8.19.0014 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES CENTRAL DA DIVIDA ATIVA Ação: 0006218-37.1999.8.19.0014 Protocolo: 3204/2017.00692718 - APELANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES ADVOGADO: LETICIA PARREIRA MARTINS CORREA OAB/RJ-001627B APELADO: EUFRELY MONTEIRO DE ANDRADE Relator: **DES. MARGARET DE OLIVEAS VALLE DOS SANTOS** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE DÍVIDA DE IPTU - EXERCÍCIOS 1994 A 1998. EXECUÇÃO DISTRIBUÍDA EM 1999. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXAURIDO O PRAZO QUINQUENAL PARA A COBRANÇA FORÇADA. INTELIGÊNCIA DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 174 DO CTN. PRESCRIÇÃO ORIGINÁRIA. POSSÍVEL SUA DECRETÇÃO DE OFÍCIO SEM INTIMAÇÃO DO ENTE PÚBLICO. NÃO SE APLICA NA HIPÓTESE A SÚMULA 106 DO STJ. AUSÊNCIA DE MOROSIDADE IMPUTÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO PODER JUDICIÁRIO.PRECEDENTES. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des.Relator.

025. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0073046-27.2017.8.19.0000 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: BELFORD ROXO 3 VARA CIVEL Ação: 0285172-25.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00712509 - AGTE: MUNICIPIO DE BELFORD ROXO PROC.MUNIC.: ROSILANE TORRES DO NASCIMENTO E NASCIMENTO AGDO: GILBERTO FERREIRA NASCIMENTO REP/P/S/ JORGINA BISPO SANTOS DE BARROS ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 Relator: **DES. MAURICIO CALDAS LOPES** Funciona: Defensoria Pública Ementa: Ação de obrigação de fazer.Direito à vida.Tutela de urgência concedida para determinar que os réus providenciem a transferência imediata do paciente em transporte adequado ao seu quadro clínico, para unidade hospitalar da rede municipal ou estadual de saúde, dotada de suporte para cistoscopia com biópsia, em até seis horas, sob pena de multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por hora que exceder durante as 24 primeiras horas de descumprimento, e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hora a partir de então, acrescida do fornecimento de todos os exames, materiais, medicamentos e cirurgias necessários ao tratamento de saúde do autor, até seu completo restabelecimento.Agravo de instrumento."Deriva-se dos mandamentos dos artigos 6º e 196 da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº. 8080/90, a responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios, garantindo o fundamental direito à saúde e consequente antecipação da respectiva tutela" (Súmula 65, TJRJ).Reserva do possível, simples medida de extensão, intensidade ou quantidade do provimento judicial, que se insinua mais virtual do que material, considerada a realidade dos investimentos públicos em áreas que não desfrutam de prioridade constitucional, e do vergonhoso desvio dos fundos públicos precedentes.Astreintes.Valor excessivo.Redução ao patamar de R\$500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, desde o término do prazo contado a partir da respectiva intimação.Recurso parcialmente provido. Conclusões: Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator. Obs.: Presente o ilustre Defensor Público, Dr. Gilan Alves Teixeira.

026. APELAÇÃO 0085029-90.2012.8.19.0002 Assunto: Despejo Por Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: NITEROI 3 VARA CIVEL Ação: 0085029-90.2012.8.19.0002 Protocolo: 3204/2017.00708609 - APTE: CENTRO DESPORTIVO AQUAFISH S C APTE: JORGE ALBERTO PINTO RODRIGUES FILHO APTE: ANA BEATRIZ KOPP NOGUEIRA ITAGIBA RODRIGUES ADVOGADO: SILVANA DE VARGAS SILVA OAB/RJ-123813 ADVOGADO: FLORA HUBNER STROLIGO OAB/RJ-199351 APDO: ASSOCIACAO DAVID FRISCHMAN DE CULTURA E RECREACAO ADAF ADVOGADO: BRUNO BRANDÃO DE QUEIROZ OAB/RJ-152874 Relator: **DES. MAURICIO CALDAS LOPES** Ementa: Ação de cobrança de alugueres.Contrato de locação comercial findo.Sentença de procedência.Apelação.Preliminares.Cerceamento de defesa não configurado.Intimados para o recolhimento das custas necessárias à diligência referente à prova oral, os réus quedaram-se inertes, a sujeitarem-se à perda dessa prova.Ilegitimidade passiva que, confundindo-se com o próprio e restrito mérito do recurso, é com ele solvido.A transferência do fundo de comércio a terceiro é fato que por si só não exonera os locatários, nem fiadores, das obrigações assumidas até a entrega das chaves - Art. 13 da Lei 8.425/91.Precedente do STJ.Litigância de má-fé não caracterizada, por não estar claramente caracterizado o dolo processual à luz das hipóteses previstas no artigo 80, do Código de Processo Civil (AgInt no RMS 46117 / ROAGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA2014/0189148-8 - Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA (1157) - Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 12/09/2017 data da Publicação/Fonte DJe 21/09/2017).Honorários advocatícios mantidos e admitidos nesse índice os referentes à sucumbência recursal, por isso que fixados no percentual máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §11 do CPC e do Enunciado Administrativo n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.Recurso a que se nega provimento. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao